

# **A construção da Cultura Política dos moradores de Porto Alegre uma análise longitudinal entre 1985 a 2005.**

**Simone Piletti Viscarra<sup>1</sup>**

Este trabalho tem como objetivo examinar os padrões da participação política dos moradores da cidade de Porto Alegre/RS entre as décadas de 1970, 80, 80 e nos anos 2000. A construção dessa análise longitudinal foi realizada com base nos bancos de dados disponibilizados pelo Núcleo de Pesquisas sobre América Latina que datam dos anos de 1974, 1985, 1995, 2000, 2001 e 2005. Metodologicamente este é um trabalho puramente descritivo que tem como proposta analisar as principais modificações dos porto alegrenses em relação sua participação e, assim, da sua cultura política. Entre as variáveis empregadas para a análise destacam-se o interesse dos cidadãos pela política, importância do voto e a participação ativa em partidos políticos ou associações.

**Palavras chaves:** Cultura Política, Participação Política, Democracia, Capital Social.

## **I- Introdução:**

Constata-se nos últimos anos dentro da ciência política um debate, por vezes acirrado, entre a perspectiva institucionalista e a abordagem culturalista, a respeito do processo de construção e manutenção da democracia. A divergência entre os pressupostos defendidos por essas correntes teóricas emana dos esforços dessas em propor explicações ora institucionais, ora culturais para o aparente funcionamento do sistema democrático. Todavia, neste trabalho parte-se do pressuposto de que a compreensão de um sistema democrático depende tanto das instituições que o compõem (fatores internos) como de aspectos atitudinais e comportamentais dos seus atores sociais (fatores externos).

Em outras palavras, não é o objetivo do estudo realizar uma análise causal entre as variáveis aqui empregadas, ou defender o emprego de uma teoria (culturalista ou

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: [simoneviscarra@gmail.com](mailto:simoneviscarra@gmail.com)

institucionalista) sobre outra, mas descrever como a população Porto-Alegrense tem se comportado politicamente nas últimas décadas (1985 a 2005), considerando tanto aspectos institucionais, culturais e sua trajetória histórica.

São duas as justificas principais para a construção deste trabalho. A primeira diz respeito aos eventos políticos que marcam o período analisado. Entre eles a abertura política após a ditadura militar, imprescindível para construção de uma moldura institucional e jurídica que desse sustentação ao processo de construção da democracia brasileira. A engenharia institucional que se inicia nesse período foram as molduras formais que colaboraram para a promoção da instauração de uma solidez democrática na sua dimensão mais procedimentalista (DAHL, 1971). Isto significa afirmar que, teoricamente, o sistema político brasileiro caminhava em direção as oito premissas estabelecidas por Robert Dahl (1971 e 1989) para ser considerado democrático. Entre elas: eleições regulares, abertas e competitivas, onde os líderes são escolhidos por meio de mecanismos eleitorais claros, cuja mandato possui tempo determinado pré estabelecido, direito à organização por parte da sociedade e, por meio desta, permissão para ações de contestação política.

A segunda justificativa, de perspectiva culturalista, nasce do objetivo de compreender como a cultura política dos porto alegrenses se modificou durante esses anos. Para tal, será realizada uma análise empírica que considere variáveis de participação política, confiança institucional, confiança interpessoal, interesse por política e percepção sobre o voto dos entrevistados. Pensamos, portanto, que não se trata de confrontar instituições com valores culturais, e nem de considerar o estabelecimento de certas instituições e regras como únicos requisitos para chamar um sistema de democrático. Assim, acrescentamos a essa formulação institucional a idéia de que uma base normativa de apoio democrático por parte da população é essencial. Uma vez que uma melhor compreensão do funcionamento da dimensão institucional de um sistema político também depende de valores relacionados a cultura política dos indivíduos.

Feitas essas observações, é a proposta do trabalho examinar como a cultura política dos porto alegrenses se modificou durante as últimas décadas. Desde modo, também avaliando como algumas instituições de natureza política impactam nas expectativas dos seus cidadãos. Para alcançar esse objetivo, do ponto de vista metodológico, utilizamos os bancos de dados provenientes do acervo do Núcleo de

Pesquisas sobre a América Latina (NUPESAL/UFRGS) no período de 1968 até 2005<sup>2</sup> sobre cultura política<sup>3</sup> na cidade de Porto Alegre.

Nosso objeto de estudo, Porto Alegre, possui um território de 282.062 km<sup>2</sup> e uma população de 1.420.667 habitantes (IBGE, 2007). Seu estado, do Rio Grande do Sul, faz fronteira com o estado de Santa Catarina/Brasil, e dois países: Uruguai e Argentina. No que diz respeito às suas delimitações geográficas essas foram definidas apenas no início do século XIX, período até então palco de disputas entre portugueses e espanhóis e que exigia permanente reforço militar na área. Eventos que, em grande medida, explicam uma das principais características dos gaúchos, de enaltecer sua imagem e o regionalismo. Em relação a sua formação populacional essa é marcada pela forte presença de imigrantes europeus (principalmente açorianos, alemães e italianos), índios e escravos africanos.

No que tange ao período de tempo no qual a primeira coleta de dados, em 1968, essa foi realizada quando o Brasil ainda estava sobre ditadura. Também caracterizado pelo regime militar a década de 1960/70 foi de grande importância para a democracia, pois é nessas décadas que formas de participação e reivindicação distintas começam a surgir ao redor do mundo, por meio de movimentos populares, na sua maioria protestos anti-guerras e por direitos civis, inclusive na América Latina (SANTOS e AVRITZER, 2003). Na década seguinte o banco de dados empregado diz respeito ao ano de 1985, quando o país estava numa situação política que se preparava para sair do sistema ditatorial e migrar para reabertura política. Nos questionários subsequentes, aplicados após a década de 1990, o atual sistema democrático brasileiro já estava consolidado na sua dimensão formal (institucional ou procedimentalista na perspectiva de Dahl), por meio da pluralidade partidária e do direito universal ao voto.

Com base nos dados disponíveis e visando atingir seus objetivos este *paper* é constituído por quatro sessões. A primeira, introdutória, elucida os objetivos e as justificativas para sua materialização. Enquanto que o segundo, de caráter teórico, descreve os conceitos e as teorias empregadas para a análise dos dados empíricos. O terceiro, de viés analítico, descreve os resultados das informações contidas nas *surveys*.

---

<sup>2</sup> Essas pesquisas são probabilísticas e representativas da população de Porto Alegre para cada período. Amostras: 1985, n= 488; 1995, n=1044; n=300; 2000, n= 533; 2005, n=510.

<sup>3</sup> As questões aqui apresentadas foram escolhidas com base na possibilidade de realizar comparações ao longo dos

O quarto, e último, apresenta as principais constatações observadas e os próximos passos que darão continuidade a este estudo.

## **II- Pressupostos teóricos:**

O sistema democrático no qual o Brasil está inserido teve seu início nas décadas de 1960-70 (ESTLUND, 2002) quando eclodiram em diversas partes do mundo movimentos populares contra guerras e por direitos civis. Em sua maioria esses movimentos baseavam-se nos princípios democráticos de participação que desejavam a democracia como forma de governo (SANTOS e AVRITZER, 2003). Na América Latina, esse cenário reivindicatório por maior direito à participação adquiriu maior proeminência na década de 1980, mesmo período em que países da região começaram a sair da ditadura militar.

Partindo do pressuposto de que esses movimentos sociais foram imprescindíveis para a abertura política e redemocratização do Brasil, é inevitável considerar a importância de aspectos referentes a cultura política na qual a sociedade estava inserida. A este respeito, autores como Inglehart (1988), Robert Putnam (1996) e Almond e Verba (1963) argumentam que a difusão de determinados padrões culturais numa sociedade constitui a base para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos que dão sustentação tanto para a implementação como para manutenção de regimes políticos.

O conceito cultura política surgiu por volta da década de 1960, vinculada a vertente behaviorista que se instaurava na Ciência Política. Entre os principais estudos que promoviam sua materialização estavam os de Política Comparada que englobavam conceitos como: ideologia política, opinião pública e personalidade política. O marco teórico culturalista, ou perspectiva culturalista de análise, teve sua estruturação inicial nos estudos desenvolvidos por Almond e Verba (1963), na obra *The Civic Culture*, que considera os valores culturais das sociedades como essenciais para a compreensão dos sistemas políticos por meio de variáveis cognitivas, avaliativas e comportamentais dos sujeitos sem, porém, minimizar a importância das instituições.

Precursos nessa vertente de análise, Gabriel Almond (1963), vincula à orientação psicológica do indivíduo em relação a objetos sociais, empregando o conceito “cultura política” para se referir as orientações políticas específicas ou as

atitudes dos atores sociais em relação ao seu sistema político. Por sua vez, Sidney Verba (1972), descreve o conceito como sendo um sistema de crenças empíricas formado por símbolos expressivos e valores individuais dos atores que definem a situação na qual a ação política se dá. Em outras palavras, para os autores, a cultura política é produto tanto da história coletiva do sistema político como da história de vida dos membros desse sistema, estando assim, enraizada a acontecimentos públicos e nas orientações privadas das pessoas.

Organizada por ambos a obra, *The Civic Culture*, destaca-se ao assimilar o termo cultura política aos processos pelos quais os cidadãos estruturam suas relações sociais e políticas por meio do estabelecimento de variáveis culturais como explicativas de determinados padrões sociais de comportamentos políticos. Entre as bases teóricas clássicas da ciência política que fornecem subsídios para o desenvolvimento dessa perspectiva pode-se observar na obra de Almond e Verba o destaque para os estudos de Platão, Montesquieu, Maquiavel, Tocqueville, Hobbes, Locke e Rousseau. Para Almond e Verba a significância desses pensadores se deve ao fato deles também compreenderem o sistema político, social e econômico empregando variáveis culturais e propondo uma explicação que considere os aspectos particulares de cada sociedade para sua descrição e compreensão<sup>4</sup>.

As contribuições desses estudos clássicos vão desde o reconhecimento da importância da socialização política, defendida por Platão à significância da relação entre variáveis sócio-culturais e sua relação com a estratificação social de Aristóteles. Em Maquiavel (1513), destacam-se as variáveis político-culturais, os valores morais e os sentimentos de identidade e as virtudes cívicas das pessoas como necessárias para que uma sociedade prospere automaticamente. No que se refere à cultura de uma sociedade, Montesquieu propõe analisar a heterogeneidade ou homogeneidade dessa com vistas a compreender o sucesso de uma nação. Autores como Rousseau e Tocqueville também incorporam esses elementos em seus estudos. O primeiro, considerando a importância do temperamento dos habitantes para a manutenção e legitimidade política do sistema; e o segundo, reconhecendo a presença de variáveis

---

<sup>4</sup> Para maiores informações ver Almond (1989).

culturais através da expressão *customs* no sentido de “regras tradicionais”, referindo-se à condição moral e intelectual total de uma pessoa (ALMOND, 1969)<sup>5</sup>.

Em suma, é em estudos clássicos da Ciência Política que Almond e Verba buscam as principais bases para sua teoria sobre cultura política. Porém é a partir da década de 1980-1990 que essa vertente teórica adquire maior espaço acadêmico com destaque para os estudos de Inglehart e Robert Putnam, para quem a difusão de determinados padrões culturais numa sociedade constitui a base para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos que dão sustentação aos regimes políticos.

Neste *paper* o emprego do conceito de cultura política é o de elucidar a relação entre atitudes, comportamentos e sistemas políticos, fornecendo instrumentos necessários para a compreensão do comportamento político dos cidadãos. Dessa maneira, o termo é utilizado por se referir às orientações políticas específicas dos sujeitos, as suas atitudes, predisposições e interesses em relação ao sistema político em que estão inseridos. Em outras palavras, para Sidney Verba (1972), a cultura política é um sistema de crenças empíricas, de símbolos expressivos e de valores, que definem a situação na qual a ação política se dá.

Buscando vincular a definição teórica de cultura política com os dados empíricos disponíveis, este estudo emprega indicadores que dizem respeito ao conceito de capital social, e cuja definição se enquadra dentro da teoria culturalista proposta por Almond e Verba. Dentre os principais autores que desenvolvem estudos sobre essa temática destacam-se as contribuições de Putnam (2001), principalmente aquelas provenientes do seu estudo: *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Nessa obra o autor, por meio da constatação da existência de uma "comunidade cívica", propõe uma superação da premissa da escolha racional e da teoria dos jogos, afirmando ser o capital social e seus indicadores a chave para compreensão da ação coletiva, dentro de uma lógica não individualista onde o ator social está em busca de objetivos comuns.

Para verificar a existência de estoques de capital social na sociedade italiana, Putnam emprega variáveis indicativas de confiança, reciprocidade e normas

---

<sup>5</sup> Tal relevância também pode ser percebida em autores clássicos da sociologia como Durkheim (1893) em seus estudos sobre valores e normas que regem as formas de comportamento (coesão social e integração), nos quais ele atribui valores às redes sociais, ou mesmo nos escritos de Weber sobre o desenvolvimento, em que o referido autor enfatiza variáveis culturais como significativas. Outra perspectiva dentro da área das Ciências Humanas está em trabalhos antropológicos sobre reciprocidade, desenvolvidos por Mauss (MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2008. 224 p.

compartilhadas, consideradas por ele reguladores do convívio social e das redes de associativismo. Para o autor, esses elementos atuam como facilitadores na promoção de organizações sociais com laços horizontais, organizações verticais em contextos coletivos e estabelecendo uma equação causal para a construção de um Estado efetivo. Segundo ele, isso ocorre porque uma comunidade *abençoada* por estoques positivos de capital social incita a reciprocidade e facilita o surgimento da confiança, fatores que incidem diretamente sobre a estrutura e a cultura política de uma sociedade, possibilitando até mesmo o desenvolvimento socioeconômico mais equitativo (PUTNAM, 1993; HELLIWELL; BARRINGTON-LEIGH, 2009).

Putnam mensura a existência de capital social na Itália por meio de três variáveis principais: i) comunidade cívica, composta pelos indicadores de densidade informacional (leitura de jornais e conhecimento de associações culturais) e de comportamento político dos cidadãos, através da preferência do voto e o aparecimento das pessoas em referendos; ii) desempenho institucional das regiões; iii) satisfação dos cidadãos em relação ao governo regional, dados coletados através de *surveys* (PUTNAM e HELLIWELL, 1999). Outra contribuição do autor está em ressaltar a participação das pessoas em organizações voluntárias que, para Putnam (1993), refletem a presença de normas de cooperação e hábitos cívicos que facilitam o desenvolvimento institucional e social das sociedades.

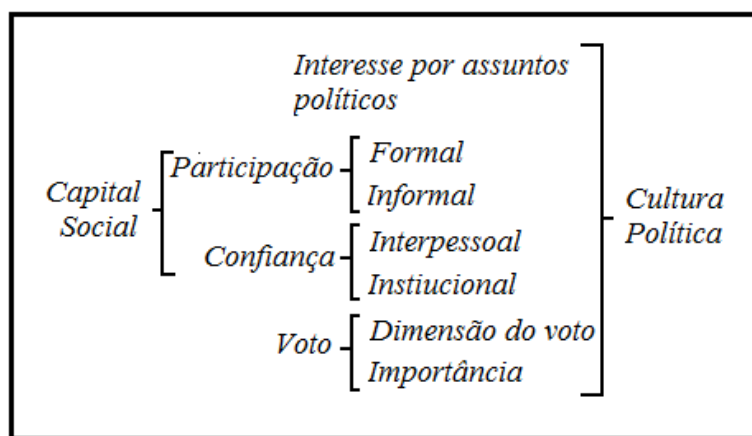
Dentro do debate acerca da definição de capital social, outro autor de destaque é Fukuyama (1996, 1999). Para ele o conceito é visto como um conjunto de valores ou normas informais que, quando compartilhado por membros da mesma sociedade, incentivam a cooperação e o alcance de objetivos comuns, próximo aos moldes de Putnam (1993, 2000), considerando variáveis como confiança, lealdade, honestidade e reciprocidade. Dessa forma, o termo se constitui como um incentivo à cooperação entre indivíduos, que possibilita tanto o melhorando econômico da localidade em questão como ampliando a relação das pessoas com suas instituições. Cabe salientar que isso não anula a importância de leis, contratos e de uma racionalidade econômica (FUKUYAMA, 1996). Para o autor, a criação desse cenário auxilia no suporte estatal para assuntos sociais e burocráticos através da chamada *sociabilidade espontânea* (FUKUYAMA, 1996). Segundo Fukuyama, o conceito está enraizado nos princípios anteriormente citados e na presença da coerção moral, física ou compensatória, como a prática do ostracismo social (DASGUPTA, 2000). Deste modo, evitando a infração de

normas e o aparecimento da desconfiança, servindo de base para a discussão sobre políticas públicas, criação de bens públicos, direitos e seguranças sociais que promovam o capital social.

Outra obra que agrega um conjunto de estudos e debates acerca da aplicação do conceito de capital social é organizada por Krishna (1999), intitulada *Social Capital, A Multifaceted Perspective*. Os artigos que compõem essa obra enfatizam a importância do contexto social para o melhoramento da vida coletiva por meio de redes de relacionamento pautadas em obrigações e expectativas, que dependem da “confiança” no sistema social (SOLOW, 1999).

Considerando o referencial teórico apresentado e os dados empíricos disponíveis serão empregados como indicadores da cultura política questões sobre: interesse por assuntos políticos, percepção sobre o voto, participação em atividades políticas formais, participação em atividades políticas informais, confiança institucional e confiança interpessoal da população durante os anos propostos. Conforme ilustra o quadro 1.

**Quadro 1- Variáveis empíricas para caracterização da cultura política:**



### III- Dados empíricos

Existe um consenso de que, apesar dos inegáveis avanços da dimensão formal (ou institucional) da democracia, esta não parece estar encontrando respaldo na esfera social (Baquero, 2006). Segundo Baquero (2006), estabelece-se uma dicotomia entre democracia representativa e democracia social, que leva à ênfase e à valorização tão somente dos aspectos procedimentais da democracia, deixando em segundo plano, a exemplo do liberalismo clássico, a dimensão social. Para examinar as percepções dos



cidadãos sobre a democracia é importante, primeiramente, observar como a população de uma localidade percebe suas instituições políticas e se relaciona com essa esfera.

Um fator importante para a análise do fortalecimento democrático diz respeito a cultura política dos habitantes da localidade. Nesse contexto, um indicador que auxilia na sua compreensão diz respeito à sofisticação política, mensurado com base no envolvimento e interesse dos sujeitos sociais na política. A análise dessa dimensão permite aferir o domínio dos cidadãos sobre as questões relativas ao funcionamento das instituições e das medidas tomadas pelos governos.

A definição de sofisticação política para este *paper* é constituída do somatório de quatro variáveis: interesse por política, envolvimento no processo eleitoral, exposição ao programa eleitoral gratuito na televisão e grau de informação acerca de assuntos políticos (Borba, 2005). Todavia, devido a indisponibilidade de algumas dessas informações nas *surveys* analisadas, neste trabalho serão analisados somente os dados relacionados a participação dos respondentes no processo eleitoral e seu interesse acerca de assuntos políticos. Dessa maneira, as próximas tabelas analisam empiricamente tais indicadores para a cidade de Porto Alegre. A primeira variável analisada diz respeito ao interesse dos habitantes sobre política.

**Tabela 1- Interesse pela política (%):**

	1985	1994	1995	1996	1998	2000	2003	2005
Muito	13	17,9	11,6	13	15	21,5	22,8	31,6
Um pouco	47,9	44,8	42	54	41	37,3	35,1	37,5
Não se interessa	39,1	37,3	46,4	33	44	41,2	42	30,8
N	486	609	1044	300	246	531	635	506

Fonte: Nuposal/ UFRGS, 1985-2005

Esta tabela permite visualizar que com o passar dos anos o número de respondentes que se interessa fortemente por assuntos relacionados a esfera política aumentou significativamente (18 pontos percentuais), chegando a 31,6% em 2005. Correspondente a esse cenário, o percentual de entrevistados que apresentam pouco ou nenhum interesse, de forma geral, diminuiu. Esses dados indicam que conforme o sistema político brasileiro foi se abrindo para a instauração da democracia o interesse da sua população pela dimensão política também cresceu. A razão para tal, pode ser tanto da maior disponibilidade de informações políticas aos eleitores com a instauração da democracia, a institucionalização da obrigatoriedade do voto como pela maior

possibilidade de ação política dos eleitores (em partidos, comícios e demais forma de reivindicações).

O senso de eficácia política refere-se às aspirações e motivações que os entrevistados possuem para se inserir na arena política, participando, sentindo-se responsáveis e potencialmente capazes de construir um futuro melhor. Complementando a dimensão de sofisticação política, os próximos dados avaliam as predisposições democráticas dos entrevistados por meio do voto. Assim, serão avaliadas duas dimensões sobre o voto, a primeira, que analisa a importância que este tem para os entrevistados e a segunda sobre como eles direcionam seu voto. No que tange ao segundo aspecto, esse diz respeito aos fatores que mais incidem na hora de eleitor votar: o partido ou a pessoa do candidato.

A próxima tabela (2) descreve as informações coletadas sobre a importância do voto para os moradores de Porto Alegre.

**Tabela 2- Importância do voto para o eleitor <sup>6</sup>(%)**

	<i>1974</i>	<i>1994</i>	<i>1996</i>	<i>2005</i>
Importante	44	78	65,1	70,5
Um Pouco	22	13,6	22,1	-
Importante				
Nada importante	19	8,5	12,8	26,1
Não vota	6	-	-	3,3
N	367	604	298	509

Fonte: Nuposal/ UFRGS, 1974-2005

Os dados da tabela 2 mostram que entre 1974 e 1994<sup>7</sup>, houve um aumento significativo do percentual de sujeitos que julgavam o voto importante, provavelmente em decorrência a abertura política e a universalização do voto no Brasil. Os dados observam que a importância do voto arrefeceu em 1996 (65%) e voltou a apresentar um crescimento em 2005 (70,5%). A elevação de percentual percebida entre 1974 e 1994 possivelmente seja causada pela reinstauração da democracia no Brasil, criando uma maior valorização do voto por parte dos cidadãos e assim, conseqüentemente, nas próximas décadas.

Ainda em relação ao voto, a próxima tabela apresenta informações sobre a intenção do respondente em votar mesmo que o voto fosse opcional. O objetivo de se utilizar essa pergunta é o de avaliar mais densamente a predisposição do eleitorado com

<sup>6</sup> (1974, 2005: nenhum interesse validado como não é importante; mais ou menos interessado como “um pouco”)

<sup>7</sup> Não haviam dados comparáveis a essa questão para os demais anos.

o ato de votar, característica que também auxilia na compreensão da cultura política de uma localidade. Uma vez que a questão anterior era de caráter avaliativo enquanto que essa é de caráter comportamental. Os dados a seguir demonstram como os porto alegrenses se posicionam sobre o tema.

**Tabela 3- Votaria se o voto não fosse obrigatório? (%)**

	<i>1985</i>	<i>1996</i>	<i>1998</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2003</i>	<i>2005</i>
Votaria	64,5	59,2	59,4	69,4	54,3	53,7	70,6
Não votaria	35,7	40,8	40,6	30,6	42,7	46,3	29,4
n	486	298	244	530	333	635	506

Fonte: Nuposal/ UFRGS, 1985-2005

Os resultados da tabela 3 mostram uma relativa estagnação até o ano de 2000. De 2000 a 2003 se observa uma queda do número de pessoas que votariam se o voto não fosse obrigatório. De 2003 a 2005 há uma reversão dessa tendência. Contudo, se analisarmos em termos percentuais ao longo de todo o período, 20 anos, a quantidade de pessoas que votariam se o voto não fosse obrigatório obteve maior resultado em 2000 e 2005. Cabe também destacar a proximidade desses resultados com aqueles disponíveis na tabela anterior, sobre a importância do voto. Tais informações indicam que tanto a dimensão avaliativa quanto a comportamental em relação ao voto se reforçam. Ainda complementando esse aspecto, o próximo dado a ser avaliado é sobre o direcionamento do voto.

Historicamente, o personalismo, juntamente com o atraso, a miséria, a fome, o clientelismo, e o patrimonialismo possibilitou a subordinação política dos cidadãos a determinados candidatos em troca de favores que, em princípio e segundo o marco jurídico, deveriam estar disponíveis para todos. Não é, entretanto, o que ocorre. Via de regra, o comum é que o político aproprie-se de recursos públicos (patrimonialismo) para conseguir a subordinação política, pois desse mecanismo depende sua reeleição – mas os que se subordinam obtêm, de maneira privilegiada, bens que deveriam ser de acesso público. Objetivando compreender como o voto do porto alegre se caracteriza nesse ponto (se é personalista ou não) segue a próxima tabela.

**Tabela 4- Razão para escolher um candidato/Personalismo (%):**

	<i>1995</i>	<i>1996</i>	<i>1998</i>	<i>2000</i>	<i>2005</i>
O partido	18,4	25,3	28,6	29,7	23,1
Outro*	-	-	5,2	10,2	8,1
O candidato	77,4	64	69,2	60,1	68,8
N	1040	300	248	531	506

Fonte: Nupesal/ UFRGS, 1985-2005

\* Família, idéias do programa

Os dados indicam que com o passar dos anos está aumentando, mesmo que em passos curtos, a predisposição das pessoas em direcionar seu voto em detrimento do partido do candidato do que a sua pessoa. Possivelmente, o crescimento da esperança no Partido dos Trabalhadores no período democrático tenha sido uma das influências para o aumento da importância partidária, culminando com a eleição de Lula em 2002. Já em relação a pequena queda observada para 2005 isso pode ser resultado do fato do governo de Lula ter na figura do candidato a presidência uma perspectiva de “pai dos pobres”, com traços fortemente populistas.

A análise do voto, predisposição para votar e sua estruturação, permitiu uma investigação a respeito de como os respondentes avaliam a dimensão formal da democracia, porém não suficiente. Dando continuidade a análise os próximos dados abarcam informações sobre diferentes formas de participação. Para Weiner (1971) a participação das pessoas pode ser operacionalizada através das seguintes atividades: (a) atos de apoio e cobrança ao governo; (b) ações que incidem sobre as decisões do governo; (c) atos socialmente aceitos; (d) através do conceito de representação; (e) como uma variável engloba ações socialmente aceitas a ações que usam o expediente da violência; (f) esforços para influenciar ações burocráticas; (h) atividades nacionais e participação política em nível local. Resumindo nas palavras de Verba e Nie (1972), quando considerada uma perspectiva mais convencional, a participação se refere as iniciativas dos indivíduos de influenciar na escolha de funcionários do governo ou nas suas decisões. Joseph La Palombara (1978), por outro lado, incorpora as “atividades não-convencionais” a este conceito, considerando outras maneiras pelas quais os cidadãos podem participar e incidir na vida política de seu país, como a atuação em grupos de pressão.

Adicionalmente, cabe lembrar que a participação política também é indicativa de capital social. Uma vez que o associativismo, enquanto forma de organização social,

caracteriza-se pelo seu caráter, geralmente, de voluntariado e sem fins lucrativos. Assim sendo um indicador de eficácia política, caracterizando uma comunidade cívica. A seguir, examina-se longitudinalmente algumas dimensões que consideramos relevantes sobre a participação política porto-alegrense<sup>8</sup>.

**Tabela 5- Assinou manifesto (%)**

	<i>1968</i>	<i>1974</i>	<i>2005</i>
Sim	5,8	4	56
Não	94,2	96	44
n	223	367	505

Fonte: Nupesal/ UFRGS, 1968-2005

Nessa tabela percebe-se que houve um importante aumento no percentual de pessoas que afirmaram ter assinado manifestos, entre 1968 e 2005. Neste aspecto, os sujeitos podiam estar, em 1968 e 1974, intimidados pelo contexto autoritário, não participando desse tipo de atividade, que poderia ser considerada como “subversiva”. Em 2005, com uma democracia procedimentalmente consolidada, os sujeitos passaram a participar de forma mais efetiva nesse tipo de inserção política.

**Tabela 6-Participou de comícios (%):**

	<i>1968</i>	<i>1974</i>	<i>1985</i>	<i>1996</i>	<i>1998</i>	<i>2000</i>	<i>2005</i>
Sim	27,7	18	15	16,2	16	34,5	25,3
Não	72,3	82	85	83,8	83,5	64,6	74,6
Às vezes	-	-	-	-	-	20,8	-
N	224	367	486	300	246	530	505

Fonte: Nupesal/ UFRGS, 1968-2005

Em relação à participação em comícios, houve uma queda de 1968 para 1974, de 27,7% para 18%, permanecendo esse percentual com alguma estabilidade em 1974, 1985, 1996 e 1998. Em 2000, este percentual subiu consideravelmente, para 34,5 %, sem contar os cidadãos que afirmaram participar às vezes, em torno de 20%. Somando-se em 2000 os sujeitos que afirmam participar e os que afirmam participar às vezes, temos aproximadamente 55% de participação. O percentual de participação voltou a cair em 2005, apresentando aproximadamente 25 %. A queda experimentada entre 1968 e 1974 pode ter sido influenciada pelo contexto repressivo e pela bipolarização eleitoral da época. Nos anos seguintes observa-se regularidade nesses percentuais e um aumento para 2000, dois anos antes da eleição de Lula, e num de contexto forte crise econômica no governo FHC. O percentual sofreu nova queda em 2005, provavelmente gerada pela

<sup>8</sup> Os dados apresentado sobre participação foram escolhido com base na disponibilidade dos dados empíricos.

frustração com o governo federal<sup>9</sup>, pelo menos por parte daqueles que possuem uma predisposição mais partidária, com orientação ideológica.

Dando continuidade aos dados sobre participação formal dos entrevistados a próxima tabela analisa o engajamento desses em atividades eleitorais gratuitas, como em panfletagens e a sua presença em reuniões partidárias.

**Tabela 7- Participação partidária (% de respostas positivas)**

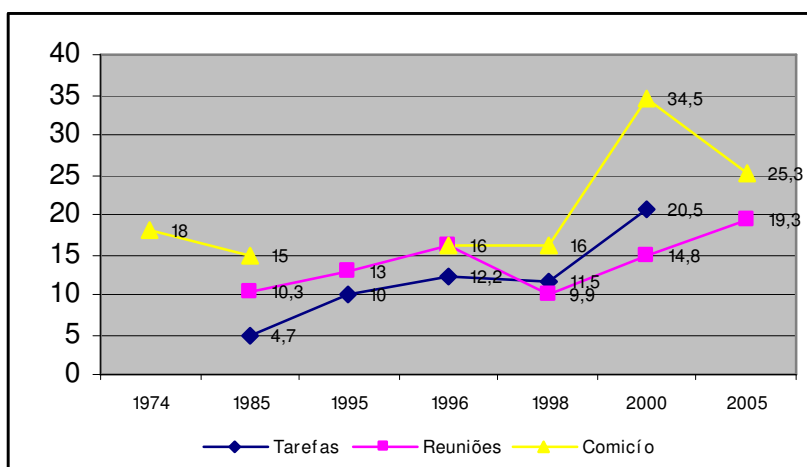
	1985	1995	1996	1998	2000	2005
Tarefas	4,7	10	12,2	11,5	20,5	
Reuniões	10,3	13	16	9,9	14,8	19,3
n	486	1044	300	246	531	506

Fonte: Nupesal/ UFRGS, 1985-2005

Em relação a primeira linha da tabela, percentual de sujeitos que afirmam participar de tarefas eleitorais, observa-se nos dados um decréscimo durante os anos em que o Brasil esteve governado pelos militares, por questões óbvias. Todavia com a volta da democracia, este percentual apresentou crescimento tímido subindo apenas 5 pontos percentuais (10% em 1995). Em 1996 e 1998 esse percentual não teve grandes variações, havendo crescimento significativo em 2000, quando chega a 20,5%. Outra atividade também relacionada a esfera participativa formal diz respeito ao comparecimento dos respondentes em reuniões políticas. Quanto a porcentagem de pessoas que compareceu a reuniões políticas, segunda linha da tabela, observa-se um aumento nos últimos 20 anos.

Visando tornar mais ilustrativo os resultados apresentados nas tabelas anteriores elaborou-se o seguinte gráfico:

**Gráfico 1- Participação em atividades formais (%):**



Fonte: Nupesal/ UFRGS, 1974-2005

<sup>9</sup> No ano de 2005 foi descoberto o esquema conhecido como “mensalão”.

O gráfico acima permite tornar mais clara a leitura de como os entrevistados se relacionam com as diferentes formas de participação relacionadas ao processo eleitoral nos anos analisados. Comparativamente percebe-se que a participação em comícios é aquela que mais atraiu o interesse dos eleitores durante todo o período observado. Em relação ao índice de participação dos porto alegrenses em reuniões políticas esse é o segundo mais elevado até 1996, atingindo resultados próximos a frequência das pessoas em reuniões políticas em 1998 e 2000, quando ambos possuem resultados próximos. A participação em tarefas gratuitas como, por exemplo, panfletagem foi até 1996 a prática menos comum entre os respondentes, atingindo um aumento significativo apenas a partir de 1998.

Por último, cabe incluir ao debate sobre cultura política e capital social os indicadores confiança. Newton (1999) afirma que confiança refere-se à dimensão que solidifica a coesão social necessária para o bom funcionamento das sociedades modernas, complexas e diferenciadas. Ela funciona como um elemento de ligação entre indivíduos que ficam crescentemente vulneráveis, em razão da complexidade do contexto social em que estão inseridos. Pela confiança, os sujeitos estabelecem suas relações dentro da sociedade, e podem orientar-se, ou não, a predisposições e valores que conduzam a um maior engajamento político, que permita obter respostas eficazes por parte do governo, fortalecendo assim a democracia não apenas no seu sentido institucional, mas também em termos de valores dos cidadãos. Os principais autores nessa linha de análise são Putnam (1996) e Fukuyama (2000), referenciados na sessão anterior deste estudo.

O significado do capital social, enquanto uma possibilidade que não fere a democracia formal e fortalece os laços comunitários dos sujeitos de forma que esses possam, coletivamente, buscar soluções para os problemas que os afligem. Dessa maneira, fortalece-se a democracia na sua dimensão social, atribuindo maior legitimidade nas aplicações de políticas públicas, fato fundamental em contextos que apresentam uma (des)legitimação das novas democracias (PARGA, 2004) e falta de credibilidade dos políticos eleitos por meio do voto. De acordo com Verba (1969) a razão da importância da análise sobre a confiança nas instituições ocorre por essa ser um indicador da reação da população a ações, disposições e performance dos governos. Em seguida, verificamos questões relacionadas à confiança institucional e após sobre

confiança inter-pessoal dos porto-alegrenses. A primeira tabela se refere à confiança no Governo.

**Tabela 8- Confiança Institucional<sup>10</sup>**

		1994	1995	1996	1998	2000	2001	2005
Assembléia legislativa	Sim	-	-	-	13,9	6,8	-	7,3
	Não	-	-	-	40,9	42,7	-	36,6
Governo estadual	Sim	-	-	-	20,4	19,5	24,2	10,9
	Não	-	-	-	46,2	36,8	24,2	33,3
Congresso	Sim	14,6	9,8	8	9,7	2	4,9	6,5
	Não	35,6	64,3	54	56,5	58,9	47	41,2
Governo Federal	Sim	27,4	19,3	14,1	15,4	4,82	7,8	10,4
	Não	29,2	48,6	47,9	49,8	62,8	50	31,2
Partidos Políticos	Sim	-	-	-	10,1	7,3	6,2	5,8
	Não	-	-	-	57,4	53,1	45	52,2

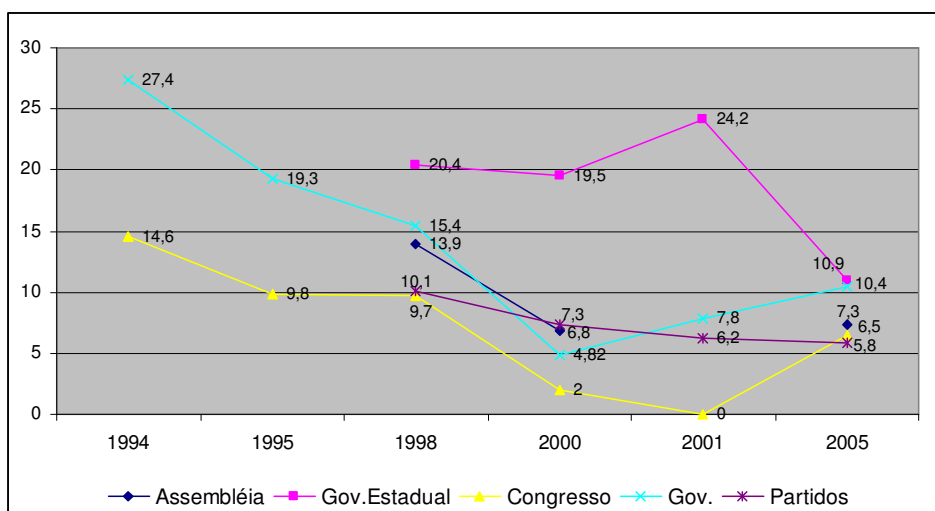
Fonte: Nuposal/ UFRGS, 1994-2005

A tabela 8 permite realizar um panorama geral quanto a percepção da população em relação suas instituições políticas, ou confiança institucional. Segundo essas informações percebe-se que em relação a confiança na assembléia e no governo estadual há uma queda entre o ano de 1998 para o de 2005, principalmente com o governo estadual. Sobre a confiança depositada no congresso essa também expressou uma queda do período de 1994 até 2000, quando atinge o menor resultado da tabela que, todavia, apresentou uma leve recuperação nas últimas duas pesquisas (2001 e 2005). No que tange ao Governo Federal a tabela demonstra que a confiança nessa instituição intercalava períodos de pequenas altas e grandes baixas, entre 1994 a 2000 cai vinte pontos percentuais. Cenário que nas próximas pesquisas apresenta um leve melhora. Para explicitar de melhor forma a confiança dos cidadãos quanto nas instituições avaliadas na tabela anterior elaborou-se o gráfico abaixo.

<sup>10</sup> A porcentagem restante para completar os 100% diz respeito aos cidadãos que responderam não ter opinião formada sobre o assunto.



**Gráfico 2- Confiança Institucional**



Fonte: Nupesal/ UFRGS, 1994-2005

A partir do gráfico 2 pode-se concluir, de modo geral, que o nível de desconfiança institucional aumentou significativamente com o passar dos anos. Adicionalmente destaca-se: a) existência de maior confiança no governo municipal na década de 90, e que apenas da queda no início dos anos 2000 finaliza entre as porcentagens mais altas, mesmo decaindo 17 pontos percentuais no período, o que pode ser reflexo do descontentamento com o governo municipal do período, que se elegeu como oposição ao PT; b) baixa confiança no Congresso Nacional durante todo o período temporal analisado, principalmente no ano de 2001 que mesmo seguido por uma leve aumento finaliza em 2005 com porcentagens inferiores a década de 90; c) baixa confiança na assembléia e na câmara, o que demonstra uma desconfiança com o legislativo; d) para o governo federal, que vinha desde 1994 perdendo confiança, com exceção a 98, onde pode representar esperança no segundo governo FHC (que se perde com seu desenrolar), passa por aumento de confiança da pesquisa de 2000 a diante, o que pode ser fruto das políticas de distribuição de renda federais; e) a confiança no governo estadual, que nas pesquisas anteriores não teve muitas alterações, sofreu uma forte redução na pesquisa de 2005, possivelmente em decorrência do desempenho ruim<sup>11</sup>.

Por último, a próxima tabela se dedica a analisar os estoques de confiança interpessoal. A importância dessa análise provém das palavras de Putnam (1996), que considera a confiança interpessoal como um dos principais valores culturais associados ao comportamento político, e que quanto mais elevada sua presença, maior a existência

<sup>11</sup> Segundo os dados em 1994 33% dos respondentes avaliava positivamente a conduta do Governo Estadual, enquanto que em 2005 essa avaliação cai para 24%.

de uma predisposição da população em participar de ações associativas, o que indicaria um envolvimento cívico mais engajado. Nesse aspecto o associativismo, enquanto forma de organização social, caracteriza-se pelo seu caráter, geralmente de voluntariado, de reunião de dois ou mais indivíduos usado como instrumento para a satisfação das suas necessidades e objetivos, e assim, tornando a comunidade cívica operativa.

Antes de avaliar pontualmente o grau de participação dos respondentes a tabela seguinte coleta informações sobre confiança interpessoal.

**Tabela 11- Pode-se confiar nas pessoas (%)?**

	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>
Sim	24,4	28	22,2	32,3
Não sabe	38,6	56,7	45	43,8
Não	37	15,2	32,8	19,8
n	530	334	635	506

Fonte: Nuposal/ UFRGS, 2000-2005

Os dados descrevem um aumento significativo de confiança interpessoal na cidade de Porto Alegre, ou seja, uma elevação nos estoques que capital social latente. Com vistas a aprofundar essa análise acrescenta-se a informação sobre o número de pessoas que participaram de associações comunitárias no período de 1974 a 2005. A introdução dessa variável indicativa de capital social se justifica por ela ser de caráter comportamental e não apenas avaliativa, como a anterior. Assim, segue a próxima tabela.

**Tabela 12- Participação em associações comunitárias (%):**

	<b>1974</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2005</b>
Sim	34	22,8	46,5	21,5
Não	66	77,2	44,6	78,5
n	367	517	334	507

Fonte: Nuposal/ UFRGS, 1974-2005

Ao contrario do esperado, devido à abertura política, ao cresce aumento das pessoas pela esfera política e de confiança interpessoal, esses dados destacam que ao longo dos anos de 1974 a 2005 houve um decréscimo na porcentagem de pessoas que participam em associações comunitárias de 34% para 21,5%. Dessa maneira descrevendo um cenário paradoxal sobre a cultura política associativa dos cidadãos da cidade de Porto Alegre.

#### **IV- Breve conclusão e próximos passos:**

O presente trabalho teve como objetivo principal sintetizar e publicar as informações sobre cultura política e capital social provenientes dos bancos de dados disponibilizados pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina durante as últimas décadas. A análise contida neste *paper* é um dos primeiros passos de um projeto que buscar caracterizar a como a cultura política dos porto alegrenses tem se modificando com o passar dos anos. Desse modo, as conclusões contidas nessa sessão estão longe de serem definitivas, pois se faz necessário avaliar mais profundamente o contexto histórico do período, assim como a introdução de novas variáveis ao debate.

Empregando variáveis empíricas e pressupostos da teoria culturalista para análise dos dados foi possível descrever, como os moradores da capital se relacionam com a sua esfera política por meio do seu interesse por assuntos políticos, com suas instituições representativas (confiança institucional), com o sistema democrático (importância do voto), como eles direcionam seu voto (se esse é personalista ou não), participação formal (em atividades eleitorais ou partidárias), grau de associativismo e confiança interpessoal.

Por meio do emprego dos indicadores empíricos disponíveis (quadro 1) foi possível respeitar o pressuposto colocado na introdução do *paper* de que tanto as instituições políticas quanto a dimensão atitudinal dos cidadãos são essenciais para o estabelecimento, fortalecimento e manutenção do sistema democrático. Uma vez que as tabelas e os gráficos apresentados levaram em consideração não somente a dimensão atitudinal dos entrevistados, mas também as dimensões avaliativas e comportamentais desses, principalmente em relação ao seu voto e a sua participação.

Em relação ao interesse dos respondentes por assuntos relacionados a esfera política, que aumentou expressivamente com o passar dos anos, argumentar-se que o resultado pode estar relacionado a abertura política do país, que permitiu ao cidadãos maior acesso a essas informações e participação. No que tange a importância do voto, percebe-se que com o passar das décadas os moradores de Porto Alegre estão cada vez mais valorizando essa ação, pois mais de 70% dos respondentes considera o ato importante e afirmou que votaria caso isso fosse optativo. Ainda em relação a essa esfera, o voto do porto alegrense, cabe destacar que com o passar das décadas a

porcentagem de pessoas que escolhe seu candidato levando em consideração a pessoa do candidato tem diminuindo, tornando assim o voto dos eleitores cada vez mais vinculados ao partido do candidato.

Corroborando com esse cenário observa-se que embora a participação das pessoas em comício tenha diminuído esses estão cada vez mais propensos a trabalhar de modo voluntário em ações eleitorais e/ou partidárias, assim como a frequentar reuniões de partidos políticos. A maior participação e interesse dos eleitores pela esfera política também vem acompanhada de uma maior desconfiança das pessoas em relação as suas instituições representativas, principalmente nos anos 2000 e que embora tenha se recuperado para 2005 continua com níveis bastante baixos, não superando aos 11 por cento em nenhuma das esferas avaliadas (assembleia, governo estadual, governo federal, governo municipal e partidos).

Assim, uma das conclusões deste trabalho vai ao encontro das palavras de Baquero (2000), que salienta que, na América Latina, a democracia em sua dimensão social não vem conseguindo corresponder às expectativas dos cidadãos da região. Além disso, o papel fundamental dos partidos, de canalizar demandas perante o Estado, se vê enfraquecida devido aos altos estoques de desconfiança neles depositadas pelos seus eleitores. Deste modo, indicando um desgaste significativo desses perante a opinião pública, o que dificulta uma solidificação democrática substancial.

Outra conclusão do *paper* diz respeito a presença de estoques de capital social latente entre os respondentes, ou confiança interpessoal, que também exhibe um cenário paradoxal pois ao mesmo tempo em que observa-se um aumento de confiança interpessoal observa-se uma menor participação desses em organizações comunitárias, variável indicativa de associativismo. Tal resultado pode ser reflexo tanto da baixa confiança das pessoas em suas instituições representativas governamentais, que pode afetar confiabilidade nas demais instituições que compõem a vida política da sociedade, como da talvez inexistência de suficiente estoque de capital social.

Não era a proposta do estudo elaborar razões explicativas ou causais para os resultados obtidos a partir dos bancos de dados disponibilizados, mas sim fazer uma leitura inicial desses e organizá-los, para numa etapa posterior incluir ao debate uma análise histórica do período, novas variáveis e técnicas de quantitativas de análise mais aprofundadas. Em outras palavras, este *paper* teve como proposta ser o primeiro de um conjunto de trabalhos cujo objetivo é, por meio de dados empíricos, compreender como

ocorre o processo de formação da cultura política na cidade de Porto Alegre e quais são os fatores, culturais ou institucionais, capazes de influenciá-la. Assim, como possibilitar a disseminação de dados empíricos que podem contribuir para o estudo de outros pesquisadores na área da ciência política e das ciências sociais em geral.

### **Referencias Bibliográficas:**

- ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- BAQUERO, Marcello. A (des)institucionalização da desigualdade: capital social, empoderamento e democracia na América Latina. *Relatório de pesquisa- Capital social e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania e melhoria da qualidade de vida: estudo comparado entre cidades do Brasil, Uruguai e Chile*. Porto Alegre, 2006
- BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- BAQUERO, Marcello. Globalização e democracia inercial: o que o Capital Social pode fazer na construção de uma sociedade participativa? In: CREMONESE, Dejalma, BAQUERO, Marcello (Org.). *Capital Social: Teoria e prática*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.
- BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. In: *Revista Opinião Pública* v.11 no.1, Campinas, março de 2005
- DAHL, Robert. *Democracia y sus criticos*. Universidad de Barcelona. 1986.
- DAHL, Robert. *Polyarchy. participation and opposition*. New Haven Yale University Press, 1971.
- DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas : Autores Associados, 1995. 171 p.
- ESTLUND, David. *Democracy*. Published by Blackwell Publishing, 2002.
- FUKUYAMA, Francis. Social Capital. In: HARRISON, L., HUNTINGTON, S. *Culture Matters: how values shape human progress*. New York: Basic Books, 2000.
- HELLIWELL John F.; BARRINGTON-LEIGH, Christopher P.; HARRIS, Anthony; HAIFANG Huang. International evidence on the social context of well-being.

- Working Paper. National Bureau of Economic Research, Feb. 2009. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w14720>>. Acesso em: 06 ago. 2009.
- INGLEHART, R. The Renaissance of Political Culture. *American Political Science Review*, 82(4):1203-29, 1988.
- KRISHNA, Anirudh. Creating and harnessing social capital. In: DASGUPTA, Partha e SERAGELDIN, Ismail (Eds.). *A Multifaceted Perspective*. Washington, D.C.: World Bank, 1999. p. 71-93.
- LA PALOMBARA, Joseph. Political participation as an analytical concept in comparative politics. In: VERBA, Sidney, PYE, Lucien (Eds.). *The citizen and politics: a comparative perspective*. Stanford, Conn. Greylock, 1978.
- NEWTON, K. Social and political trust in established democracies. In: NORRIS, P. *Critical*, 1999.
- PORTO ALEGRE. *Site oficial da Prefeitura da cidade*: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p\\_secao=36](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_secao=36)
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RUBIM, A. A. CANELAS e COLLING, L. Mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura. In: *Dia-Logos de la Comunicación*, Lima, n. 69, p. 74-87, 2004.
- SANTOS, Boaventura de S. e AVRITZER, Leonardo. Introdução para ampliar o cânone democrático. 2003. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/IntroDemoPT.pdf> (ano)
- SARTORI, Giovanni. *Qué es la democracia?* Editora Taurus, 1987.
- VERBA, Sidney, NIE, H. Norman. *Participation in America political democracy and social equality*. New York: Harper and Row, 1972.
- VERBA, Sidney. Conclusion: Comparative Political Culture. In: PYE, L.; VERBA, S. *Political Culture and Political Development*. Princeton: Princeton University Press, 1969. p. 512-560.
- WEINER, Myron. Political participation: crisis of the political process. In: BINDER, Leonard et al. (Eds.). *Crisis and sequences in political development*. New Jersey: Princeton University Press, 1971.